

## **Pedro Guedes - Contributo em nome individual (via DRAP LVT)**

### ***Preâmbulo***

No âmbito do debate realizado ontem em Chãos subordinado ao tema “O Futuro da Política de Desenvolvimento Rural” organizado pela Cooperativa “Terra Chã”, ADIAFA e Junta de Freguesia de Alcobertas, venho pelo presente apresentar as minhas contribuições para a reforma da PAC.

*«A Política Agrícola Comum é do interesse de todos e não apenas dos agricultores. Quem fala de agricultura europeia fala de segurança dos alimentos, mas também de protecção da paisagem, de emprego, de ambiente e de alterações climáticas. Dê-nos a sua opinião sobre o futuro da agricultura e do mundo rural na Europa. Ajude-nos a formular uma política que satisfaça as necessidades e corresponda às expectativas dos cidadãos europeus!»* - Dacian Cioloș, Comissário da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

### ***Introdução***

Atendendo a esta afirmação e pedido do Exmo. Comissário da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, a definição de uma política agrícola comum para os estados membros deverá garantir uma alimentação de qualidade para todos os europeus.

Restringindo-me agora a Portugal e em especial à região de Alcobertas, existem condicionantes que é necessário ter em atenção, nomeadamente:

- 1º - A política europeia para a agricultura deverá definir objectivos e indicadores/instrumentos mensuráveis de forma a monitorizar a sua implementação;
- 2º - A actual conjuntura económica internacional poderá fomentar o retorno do cultivo dos campos agrícolas em pousio;
- 3º - A idade média dos agricultores portugueses;
- 4º - A mentalidade portuguesa inimiga da união de esforços;
- 5º - A dimensão da propriedade (em Alcobertas predomina o minifúndio);
- 6º - A localização de Alcobertas na Área Protegida do Parque Natural das Serras de Aire Candeeiros;
- 7º - A classificação da freguesia como Zona Desfavorável;
- 8º - A falta de apoio na comercialização da produção;

9º - A quantidade de tractores e alfaías existente na freguesia;

10º - A falta de articulação da agricultura com outras actividades realizadas ou a promover na região;

### ***Objectivos***

Os objectivos da política devem assentar na articulação dos três pilares do desenvolvimento local, designadamente, o pilar social, económico e ambiental.

No que se refere ao pilar social, a PAC deve garantir a equidade social com a promoção de alimentação saudável e em segurança, fomentando o emprego e respectivo desenvolvimento económico das populações locais. Ao nível económico deve apostar-se no cultivo de produtos adaptados a cada região e que a sua comercialização possa ter um valor acrescentado. Deve ainda garantir-se a preservação dos recursos naturais promovendo o aumento da biodiversidade.

Assim, o grande desafio para a definição de uma política agrícola comum é:

***“Como produzir em poucas quantidades cumprindo todas as regras mas com elevadas taxas de rentabilidade?”***

Considero que esta é a grande questão que deverá ser respondida pela PAC no sentido de tornar a agricultura portuguesa numa actividade com futuro.

Considero que a futura PAC deverá actuar em três domínios: na **Formação**, na **Produção** e na **Comercialização**.

### ***Formação***

A formação dos agentes da agricultura é fundamental. Os agricultores actuais são pessoas que não tiveram uma formação base sólida mas que tem a experiência do campo, enquanto que os jovens, apesar de possuírem outros graus de ensino, não foram influenciados pelos familiares e pelos estabelecimentos de ensino a cultivar a terra. Estes jovens olham a terra como um “atraso de vida” e não como uma oportunidade de negócio e de vida.

Esta formação deverá ser orientada para o fomento de produtos regionais diferenciados dos que existem no mercado e, para uma articulação efectiva com todos os agentes presentes no território de forma a fomentar a relação com outras actividades e assim, diversificar a oferta com a consequente aumento dos rendimentos económicos.

### ***Produção***

A produção, como já referi anteriormente, deverá orientar-se para uma oferta diferenciada da que já existe no mercado.

Considero que esta diferenciação deva estar assente numa articulação estreita dos técnicos do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas e do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território com os agricultores e outros agentes locais de forma a garantir uma monitorização e uma segurança alimentar eficaz na valorização dos produtos.

Esta articulação deverá promover o ordenamento do espaço e a utilização de técnicas agrícolas que utilizem poucos recursos e preservem a biodiversidade, a água e os solos.

Como a agricultura é uma actividade de risco, considero ainda importante a facilitação das condições dos agricultores para a realização de seguros de forma a não saírem prejudicados no final da temporada.

### ***Comercialização***

Esta é a fase que pode garantir o sucesso ou insucesso de todo o trabalho anterior. O apoio à comercialização deverá ser orientado para dois públicos-alvo: para os agricultores e para os consumidores.

Ao nível da produção torna-se fundamental o agrupamento das produções a fim de ter escala e poder negocial junto dos intermediários. Quando isto não é possível dever-se-á apostar na venda local e na diminuição do número de intermediários a fim de minimizar os custos de produção e transporte.

No que se refere aos consumidores deve-se apostar na intensificação da publicidade “compre o que é nosso” e ao mesmo tempo garantir o escoamento dos excessos de produção para a indústria ou outra.

### ***Considerações finais***

A garantia de uma PAC adequada à realidade portuguesa é fundamental para resolver problemas associados aos meios rurais. A agricultura deve ser tornada novamente na base da economia portuguesa, assente em produtos típicos e diferentes (qualidade superior ou produtos endémicos).

De seguida apresenta-se um esquema resumo dos eixos a intervir de forma a atingir os objectivos da Política Agrícola Comum.